



APÊNDICE I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS BLUMENAU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90138/2024

(Processo Administrativo nº 23473.000477/2024-18)

1 Informações Básicas

1.1 Este Estudo Preliminar se refere ao processo 23473.000477/2024-18.

2 Descrição da Necessidade

2.1 A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais para atender as necessidades do Instituto Federal Catarinense Campus Avançado Abelardo Luz, Campus Araquari, Campus Blumenau, Campus Brusque, Campus Camboriú, Campus Concórdia, Campus Fraiburgo, Campus Ibirama, Campus Luzerna, Campus Rio do Sul, Campus Santa Rosa do Sul, Campus São Bento do Sul, Campus São Francisco do Sul, Campus Avançado Sombrio e Campus Videira justifica-se pelos motivos elencados a seguir:

2.1.1 Campus Abelardo Luz:

2.1.1.1 Necessidade de contratação de seguro discente, objetivando garantir o atendimento aos alunos em casos imprevistos/acidentais. Atualmente o campus Abelardo Luz conta, em média, com 250 alunos efetivos, no entanto o campus está com uma estimativa de abertura de novos cursos de qualificação profissional e licenciatura. Com essa estimativa, o campus receberia em torno de 700 novos alunos.

2.1.2 Campus Araquari:

2.1.2.1 O Contrato da empresa que presta este serviço atualmente estará vigente até 26/06/2024. Tendo em vista que a quantidade expressiva de processos licitatórios que está em condução pelo Setor de Licitações, ou em fase de planejamento, não é correspondente à quantidade de servidores que é essencial para concluí-los sem atraso. A possibilidade de participar de um processo licitatório institucional, gerenciado pelo campus Blumenau, é vantajosa porque garantirá a continuidade dos serviços. Sobre tudo, esta contratação visa garantir que todos os estudantes matriculados no IFC - campus Araquari estejam continuamente segurados, caso haja a ocorrência de algum sinistro.

2.1.3 Campus Blumenau:

2.1.3.1 A contratação é necessária para atendimento à legislação, quanto ao estágio obrigatório, Lei nº 11.788/2008, art. 9º, parágrafo único e para garantir aos discentes do campus segurança e conforto em caso de sinistro, no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atividades de aulas em campo e visitas técnicas com deslocamento interno e externo.

2.1.4 Campus Brusque:

2.1.4.1 A contratação de seguro de vida para os estudantes é importante por várias razões. Proteção financeira em caso de acidentes ou doenças: O seguro de vida pode fornecer proteção financeira aos estudantes em caso de acidentes ou doenças que possam



causar incapacidade ou até mesmo a morte. Isso pode ajudar a cobrir despesas médicas e hospitalares, bem como fornecer uma fonte de renda para os beneficiários do seguro. Tranquilidade para os estudantes e suas famílias: Ao ter um seguro de vida, os estudantes e suas famílias podem ter mais tranquilidade e segurança financeira em caso de emergência. Isso pode ajudar a reduzir o estresse e a preocupação em torno de possíveis acidentes ou doenças. Responsabilidade social da instituição: A contratação de seguro de vida para os estudantes pode ser vista como uma medida de responsabilidade social da instituição. Isso demonstra que a instituição se preocupa com o bem-estar e a segurança de seus estudantes, e está disposta a tomar medidas para protegê-los. Requisito legal: Em alguns casos, a contratação de seguro de vida para estudantes pode ser um requisito legal, especialmente em atividades extracurriculares que envolvem riscos mais elevados, como viagens de estudo ou práticas esportivas. Portanto, a contratação de seguro de vida para os estudantes é importante porque pode fornecer proteção financeira em caso de acidentes ou doenças, trazer tranquilidade para os estudantes e suas famílias, demonstrar responsabilidade social da instituição e, em alguns casos, ser um requisito legal.

2.1.5 Campus Camboriú:

- 2.1.5.1 A contratação dos serviços relacionados se faz necessária para garantir a proteção aos alunos em situações que o bem-estar possa estar comprometido. A instituição tem o dever de proporcionar as melhores condições de segurança e funcionamento a comunidade acadêmica. O seguro escolar é de fundamental importância, pois confere mais tranquilidade aos alunos, aos pais e aos profissionais da escola.

2.1.6 Campus Concórdia:

- 2.1.6.1 O IFC Campus Concórdia é uma escola onde as atividades práticas são rotineiras em todos os cursos, o que expõe os alunos de cursos médios e superiores há alguns riscos de acidentes. Dessa forma, é necessária a contratação de seguro discente, objetivando garantir o atendimento aos alunos em casos de acidentes.

2.1.7 Campus Fraiburgo:

- 2.1.7.1 A contratação do presente objeto é necessária para atendimento à legislação vigente, quanto ao estágio obrigatório (Lei nº 11.788/2008, art. 9º, parágrafo único) e para garantir aos discentes do campus, segurança e conforto em caso de sinistro, no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atividades de aulas de campo e visitas técnicas com deslocamento interno e externo. O quantitativo é baseado no número de alunos do IFC - Campus Fraiburgo, bem como uma projeção para ingresso de novos alunos para os cursos subsequentes, Integrado ao Ensino Médio, Superiores e FIC.

2.1.8 Campus Ibirama:

- 2.1.8.1 A contratação do presente objeto é necessária para atendimento à legislação vigente, o Decreto-Lei nº 35/90 de 25 de janeiro de 1990 e a Portaria 413/99 de 8 de junho 1999 que dissertam sobre o seguro escolar, garantindo aos beneficiados a segurança e conforto em caso de sinistro, sobretudo se estes ocorrerem nas dependências da Instituição, ou sob sua responsabilidade, tais como trabalhos de campo e demais atividades curriculares (como estágio curricular, visitas técnicas, atividades relacionadas aos programas de extensão e atividade acadêmicas em geral), o que possibilitará mais segurança aos alunos deste instituto, em razão de suas atividades desenvolvidas. No início de 2024, temos matriculados 453 alunos. Considerando que o contrato a ser firmado poderá ter vigência de até 10 anos, utilizamos uma margem de segurança de aproximadamente 30%, tendo em vista que em 10 anos há pretensão de expansão do número de matrículas. Diante de todo o exposto, e considerando uma



margem de aumento de alunos nas turmas regulares do ensino médio integrado, justifica-se a contratação de 600 coberturas de seguro.

2.1.9 Campus Luzerna:

- 2.1.9.1 Atendimento ao regulamento da instituição. Justifico que a contratação do presente objeto é necessária para atendimento à legislação vigente, quanto ao estágio obrigatório, Lei nº 11.788/2008, art. 9º, parágrafo único e para garantir aos discentes dos campi, segurança e conforto em caso de sinistro, no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atividades de aulas de campo e visitas técnicas com deslocamento interno e externo.

2.1.10 Campus Rio do Sul:

- 2.1.10.1 Considerando que esta Instituição é uma unidade de ensino, a contratação do presente objeto é necessária para atender a legislação vigente quanto ao estágio obrigatório, Lei nº 11.788/2008, art. 9º. Também é necessária para garantir aos discentes do Campus segurança e conforto em caso de sinistro no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão, aulas no campus e visitas técnicas.

2.1.11 Campus Santa Rosa do Sul:

- 2.1.11.1 A contratação do presente objeto é necessária para atendimento à legislação vigente, quanto ao estágio obrigatório, Lei nº 11.788/2008, art. 9º, parágrafo único e para garantir aos discentes dos campi, segurança e conforto em caso de sinistro, no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atividades de aulas de campo e visitas técnicas com deslocamento interno e externo.

2.1.12 Campus São Bento do Sul:

- 2.1.12.1 A solicitação faz-se necessária para atendimento da demanda de alunos matriculados nos cursos regulares (ensino médio integrado/ graduação) tendo em vista que os alunos devem estar assegurados enquanto matriculados na instituição, para cobertura de qualquer situação de risco.

2.1.13 Campus São Francisco do Sul:

- 2.1.13.1 Necessidade de cobertura de seguro dos discentes do IFC Campus São Francisco do Sul. Quantidade estimada com base nos dados informados pela secretaria entre alunos ativos e trancados.

2.1.14 Campus Avançado Sombrio

- 2.1.14.1 A contratação do presente objeto é necessária para atendimento à legislação vigente, quanto ao estágio obrigatório, Lei nº 11.788/2008, art. 9º, parágrafo único e para garantir aos discentes dos campi, segurança e conforto em caso de sinistro, no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atividades de aulas de campo e visitas técnicas com deslocamento interno e externo.

2.1.15 Campus Videira

- 2.1.15.1 Pela responsabilidade da Instituição em relação aos estudantes que frequentam diariamente o campus, temos que zelar pela segurança dos mesmos e dessa forma, a contratação do seguro se faz necessária para atender as diversas situações vivenciadas pela comunidade acadêmica do campus.



3 Área Requisitante

<i>Diretoria/Pró-Reitoria Requisitante</i>
Direção-geral

<i>Setor Requisitante</i>
Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão

<i>Servidores Responsáveis</i>			
	<i>Nome</i>	<i>SIAPÉ</i>	<i>CPF</i>
Diretoria/Pró-Reitoria	Aldelir Fernando Luiz	###10#2	***.871.589-**
Setor Requisitante	Jorge da Cunha Dutra	###91#9	***.834.470-**

4 Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1 Trata-se de registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTDE MENSAL	QTDE ANUAL
1	Seguro Alunos contemplando as seguintes coberturas mínimas: Capital Segurado mínimo: 1. Morte acidental R\$ 20.000,00; 2. Invalidez Permanente Total R\$ 20.000,00; 3. Despesas Médicas, hospitalares e odontológicas R\$20.000,00;	13943	Coberturas	19804	237648

- 4.2 A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, considerando que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais do serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos.
- 4.3 A prestação dos serviços deverão ser efetuadas no campus Blumenau, em dia útil, durante o horário definido pela Administração para cada cargo, no endereço Rua Bernardino José de Oliveira, 81, Badenfurt, Blumenau/SC. Excepcionalmente poderá ser necessária a realização de serviços em dias e horários diversos, nos sábados letivos, caso em que a Contratada será comunicada oficialmente pela Administração, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.
- 4.4 A contratação para a prestação dos serviços será formalizada por intermédio de instrumento contratual, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 4.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6 A adoção do Sistema de Registro de Preços se justifica pelo atendimento aos incisos I, II e V, art. 3º, do Decreto 11.462/2023, pois serão necessárias contratações permanentes e frequentes, assim como não é possível prever a quantidade necessária, dentro do período de vigência da ata, pois tal contratação dependerá do ingresso de estudantes que necessitem das coberturas registradas na ata.
- 4.7 De acordo com o art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, a natureza do objeto a ser contratado é comum, cujos padrões de qualidade estarão objetivamente definidos no Termo de Referência.
- 4.8 Os serviços a serem contratados se enquadram nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto ou mesmo das atividades descritas no art. 9º da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, cuja execução indireta é vedada.
- 4.9 Os serviços de seguro de acidente pessoal coletivo, por se tratar de atividades específicas não finalísticas, serão realizados por execução indireta e atendidos exclusivamente por empresa especializada (seguradora) e devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Além disso, a contratação pretendida caracteriza-se como atividade material acessória, instrumental e/ou complementar aos assuntos que constituem área de competência legal do IFC, necessária, em especial, ao cumprimento de seus compromissos assistenciais e sociais.
- 4.10 A pessoa jurídica a ser contratada deverá ser empresa ou companhia seguradora que atue no mercado de empresas seguradoras nacionais e não pode ser corretora de seguros (intermediária), conforme determinam o art. 16, § 3º, do Decreto nº 60.459/67 e o Acórdão nº 600/2015 TCU Plenário. Deverá também estar devidamente registrada, regular e ativa na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), mediante apresentação de documento de inscrição/certidão de autorização para operar.
- 4.11 Não haverá prazo de carência para o início da cobertura dos seguros, observado o disposto nos artigos 797 e 798 da Lei n.º 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).
- 4.12 Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com a Administração Pública federal, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante.
- 4.13 São requisitos de qualificação técnica:
- 4.13.1 Prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.
- 4.13.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 4.13.2.1 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 4.13.2.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 4.13.2.2.1 No mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre que a empresa licitante





executa ou executou contrato de prestação dos serviços compatíveis ao objeto da contratação, em quantidade correspondente a no mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade total prevista no Instrumento Convocatório.

- 4.13.2.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 4.13.2.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;
- 4.13.2.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;
- 4.13.2.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais emitidas, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;
- 4.14 Os itens desta licitação estão incluídos no PGC 2024, DFD 143/2023 para o Gerenciador. Cada participante é responsável pelo lançamento das DFDs correspondentes em seus PGC's.
- 4.15 Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço:
- 4.15.1 Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.
- 4.15.2 Nesses termos, temos que a prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, são considerados de natureza continuada pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade desta Administração de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do IFC, de modo que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional.
- 4.16 A contratação para o fornecimento dos itens será de FORMA PARCELADA, sendo que, de acordo com a necessidade do órgão, e será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de Nota de Empenho de despesa, autorização de compra ou instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.17 A licitação será aberta para a participação de quaisquer licitantes, não sendo permitida a participação de licitantes enquadradas como ME/EPP, conforme disposto no parágrafo único do art. 757, da Lei 10.406/2002 e o art. 24 do Decreto-lei 73/1966.
- 4.18 A possibilidade do enquadramento ou não da atividade de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais entre as hipóteses abrangidas pelo regime de tributação do SIMPLES Nacional justifica-se como **não sendo possível**, pois o serviço se enquadra como contratação de seguro privado e está tipificado no art. 3º, § 4º, inciso VIII da Lei Complementar 123/2006.
- 4.19 Não será permitida a participação de sociedades cooperativas, por força do disposto no parágrafo único do art. 24 do Decreto-lei 73/1966.



- 4.20 Não será permitida a participação de consórcios, uma vez que estas entidades destoam das características essenciais de uma empresa seguradora para prestação de serviços na Administração Pública, tornando impraticável a seleção do fornecedor de maneira isonômica no processo licitatório e também a gestão do contrato.
- 4.21 Nenhum item da licitação será enquadrado em alguma margem de preferência, tendo em vista que, até o momento em que este estudo foi elaborado, não havia decretos vigentes que estabelecessem as margens de preferência nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal, para os itens ora licitados.
- 4.22 Para a licitação em epígrafe, considerando as peculiaridades do objeto, consultou-se o disposto nas orientações da Advocacia-Geral da União, link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>, e não foram encontradas práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis que deverão ser adotados neste procedimento licitatório.
- 4.23 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando que os serviços objeto desta contratação tem um valor baixo, o que não implicará em risco de prejuízos considerados para administração, que terá outras formas de rever os prejuízos perante a inexecução do contrato, como por exemplo a convocação de outras empresas e aplicação de penalidades como a multa.

5 Levantamento de mercado

- 5.1 Os serviços objeto do presente estudo técnico preliminar são frequentemente contratados pelas mais variadas instituições públicas do país, e estão regulamentados, na sua grande maioria, pela Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- 5.2 Nessas contratações, observa-se a existência de um modelo único, fazendo-se observar, apenas, variações quanto a referência à unidade de medida contratada. Em sua grande maioria, a solução utilizada possui um formato mais flexível com unidade “vida por mês”, em que as quantidades variam a cada mês e a cobertura de um aluno específico se dará somente para os meses em que constar nas listas enviadas à seguradora.
- 5.3 Em consulta realizada no sistema SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores verificou-se que é grande o número de empresas que atuam no ramo de prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais no estado de São Paulo. Utilizou-se a base territorial da cidade de São Paulo porque a maioria das seguradoras possuem sede neste município.
- 5.4 Para a pesquisa no SICAF, considerou-se os códigos do CATSER: 13943 - Corretagem – Seguro e o porte das empresas classificado como Demais, considerando o disposto nos itens 4.17 a 4.19 deste estudo. O resultado da busca para o item relacionou um total de 54 empresas, possibilitando afirmar que há número suficiente de fornecedores que poderão atender ao contrato almejado. No caso de expansão da pesquisa para os demais estados da federação, certamente o número de fornecedores tende a aumentar.
- 5.5 No Pregão 92/2023, realizado pelo IFC campus Blumenau para a contratação dos serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, 5 empresas participaram.
- 5.6 Tendo em vista a existência de empresas aptas para execução dos serviços, as especificações dos requisitos da contratação serão realizadas com o intuito de não restringir a participação de possíveis fornecedores, sem desonerar as especificidades do objeto e requisitos fundamentais para a prestação adequada dos serviços.



- 5.7 Na contratação em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.
- 5.8 Dessa forma, podemos concluir que a referente solução proposta neste estudo é atual, pertinente ao problema apresentado, repetidamente testada e aprovada em âmbito público.

6 Descrição da solução como um todo

- 6.1 A solução para atendimento das necessidades dos órgãos e entidades é bastante simplificada, sendo materializada pela empresa contratada mediante a prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, para fins de atendimento às necessidades institucionais, de acordo com as especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência que balizará o processo licitatório.
- 6.2 O seguro a ser contratado será na modalidade de ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO (Morte Acidental, Indenização por Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e Despesas Médico-Hospitalares), e objetiva garantir o pagamento de indenização até o limite do capital segurado, em caso de sinistro decorrente de evento coberto pela Apólice de Seguro, conforme demais condições abaixo descritas.
- 6.2.1 Os eventos a serem cobertos pela apólice de seguro e os respectivos capitais segurados são os seguintes:

COBERTURAS	CAPITAL SEGUADO
Morte Acidental	R\$ 20.000,00
Invalidez Permanente por Acidente	R\$ 20.000,00
Despesas Médico-Hospitalares	R\$ 20.000,00

- 6.2.2 Morte Acidental: A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do capital segurado ao(s) beneficiário(s), em caso de morte do segurado ocasionada por acidente pessoal, ocorrido durante a vigência do contrato. Capital segurado: R\$ 20.000,00.
- 6.2.3 Invalidez Permanente Total ou Parcial por acidente: A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de indenização ao segurado, relativa à perda, redução ou a impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em razão de lesão física ocasionada por acidente pessoal, ocorrido durante a vigência do seguro. Após a conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos para a recuperação e verificada a existência de invalidez permanente avaliada quando da alta médica definitiva, a Seguradora pagará ao próprio segurado uma indenização, conforme Tabela para Cálculo de Indenização, seguindo estritamente a legislação em caso de invalidez permanente, que deverá estar anexa às condições gerais do seguro. Capital segurado: R\$ 20.000,00.
- 6.2.4 Despesas Médico Hospitalares e Odontológicas: A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do capital segurado ao(s) beneficiário(s), decorrentes de acidente coberto, efetuadas exclusivamente pelo beneficiário para o seu tratamento, desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do evento, sob orientação médica, incluindo diárias hospitalares necessárias para restabelecimento do beneficiário, limitado ao valor do contrato. Capital segurado: R\$ 20.000,00.
- 6.2.5 Considera-se acidente pessoal o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento, causador de lesão física, que, por si só e independente



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau
Estudo Técnico Preliminar



de toda e qualquer causa, tenha como consequência direta a morte ou a invalidez permanente total ou parcial do segurado.

- 6.2.5.1 Aplica-se à contratação o disposto nos arts. 797 e 798 da lei 10.406/2002.
- 6.2.6 Os capitais segurados indicados acima correspondem ao valor per capita, isto é, para cada segurado incluído na apólice.
- 6.2.7 A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da data do recebimento dos documentos exigidos, para efetuar indenização das coberturas acima mencionadas.
- 6.2.8 No preço do PRÊMIO MENSAL POR SEGURADO a alíquota do IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários) a ser considerada será de 0% (zero por cento) em virtude de o CONTRATANTE corresponder a Órgão da Administração Pública.
- 6.3 Os serviços deverão ser executados conforme demanda mensal, com rotatividade de segurado(s), ou seja, mudança periódica da relação de segurados.
- 6.3.1 O seguro a ser contratado deverá permitir a substituição de segurados, tendo em vista a possibilidade de fim do vínculo dos alunos com a CONTRATANTE;
- 6.3.2 A CONTRATANTE a qualquer tempo, poderá expressamente substituir o(s) beneficiário(s) do seguro.
- 6.3.3 O contrato de seguro deverá, portanto, prever tal situação, possibilitando inclusões de novos estudantes e exclusões de estudantes já segurados, bem como a emissão de apólice de seguro e respectivos endossos;
- 6.3.4 A eventual inclusão ou exclusão de segurados corresponderá aumento ou redução do preço mensal, proporcionalmente.
- 6.4 Não haverá franquia e ou carência para nenhuma cobertura do plano de seguro a ser contratado.
- 6.5 A contratação do seguro seguirá as normas regulamentares expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.
- 6.5.1 O plano comercializado deverá possuir um número de registro na SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.
- 6.6 Após o recebimento da 1ª listagem de segurados, fornecida pelo(a) CONTRATANTE, a seguradora deverá providenciar a emissão e a entrega da Apólice de Seguro e das Condições Gerais, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.
- 6.6.1 A Apólice, as Condições Gerais e os demais documentos referentes a esta contratação poderão ser encaminhadas por meio eletrônico para o fiscal designado pelo(a) CONTRATANTE.
- 6.6.2 A Apólice e as Condições Gerais do Seguro ficam subordinadas às regras determinadas no Instrumento Convocatório e na Ata de Registro de Preços.
- 6.7 O(A) CONTRATANTE designará servidor (ou comissão de servidores) que ficará responsável pela fiscalização desta contratação, em conformidade com as disposições estabelecidas no Termo de Referência.
- 6.8 A seguradora deverá informar, ao fiscal da contratação, número de telefone e ou endereço de correio eletrônico para contatos relacionados ao seguro contratado.
- 6.9 O(A) CONTRATANTE encaminhará à seguradora a relação de segurados para inclusão inicial na Apólice de Seguro, indicando: nome completo, data de nascimento e nº de inscrição no CPF.



- 6.9.1 Havendo necessidade de dados complementares sobre os segurados, a seguradora poderá solicitá-los diretamente ao fiscal.
- 6.10 A seguradora não poderá obstar a inclusão de segurado na Apólice de Seguro, salvo se por motivo devidamente justificado ao CONTRATANTE e previsto na legislação pertinente ao objeto desta contratação.
- 6.11 Recebida a relação inicial pela Seguradora, a vigência do seguro deverá iniciar, no máximo, a partir de zero hora do 1º dia útil subsequente.
- 6.12 As inclusões, alterações e/ou exclusões de segurados serão encaminhadas pela CONTRATANTE à Licitante vencedora até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês anterior à vigência do seguro. Se houver atraso na remessa da movimentação, o faturamento do mês em referência será emitido com os dados do mês imediatamente anterior.
- 6.13 A seguradora deverá enviar ao CONTRATANTE, quando da inclusão inicial e, após, mensalmente, relação dos segurados cobertos pela Apólice, para fins de conferência.
- 6.14 O prêmio de seguro será pago em parcelas mensais, da forma não-contributário, sendo totalmente pago pelo CONTRATANTE, e corresponderá à multiplicação do prêmio mensal por segurado pela quantidade de segurados no período correspondente.
- 6.15 Caso o período a ser considerado para fins de emissão de Nota Fiscal seja inferior a 30 (trinta) dias, o pagamento do prêmio de seguro será devido proporcionalmente ao número de dias de efetiva vigência da Apólice de Seguro.
- 6.16 Ocorrendo sinistro coberto pela Apólice de Seguro, o CONTRATANTE comunicará à seguradora, para que esta adote os procedimentos cabíveis.
- 6.17 No caso de despesas médico-hospitalares em consequência de acidente, o segurado será auxiliado, mediante reembolso, das despesas que vier a efetuar com tratamento médico até o valor do capital segurado estipulado.
- 6.18 O CONTRATANTE ou o segurado encaminhará os comprovantes originais das despesas e relatório do médico à seguradora, que fará o reembolso no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- 6.18.1 O reembolso far-se-á em favor do segurado.
- 6.19 Pela apólice de Seguro, a seguradora garantirá o valor das importâncias seguradas, fixadas por segurado, que constituem a base de cálculo dos limites máximos das indenizações exigíveis.
- 6.20 A CONTRATADA deverá obedecer a legislação pertinente ao ramo de seguro.
- 6.21 Para início de vigência do Seguro serão aceitos como segurados todos os componentes da apólice que a CONTRATANTE mantinha, desde que apresentada listagem de segurados com base na congênere anterior.
- 6.22 Os segurados que vierem a se afastar durante o período de vigência da apólice CONTRATADA, terão seu direito às coberturas do Seguro preservado como se em atividade estivessem, desde que a CONTRATANTE recolha os prêmios respectivos.
- 6.23 O valor do prêmio correspondente será computado na fatura do mês da inclusão.
- 6.24 São beneficiários do seguro de vida:
- 6.24.1 Os alunos passam a ser segurados no momento que realizam a matrícula.
- 6.24.1.1 Os alunos do IFC ingressam a partir do ensino médio, tendo a partir de 15 anos e não tem restrição de limite de idade.
- 6.24.1.2 Em casos excepcionais, será seguida a legislação pertinente ao objeto.



- 6.24.2 O seguro deverá cobrir o segurado dentro e fora da escola, mantendo a cobertura 24 horas do dia, inclusive feriados e finais de semana, dentro do país.
- 6.25 A indenização por Despesas Médico Hospitalares e Odontológicas (DMHO) será cumulativa com qualquer outra cobertura do presente contratação, isto é, se em consequência de acidente coberto o segurado vier a falecer ou ficar definitivamente inválido, e antes disso, em virtude do mesmo ou de outro acidente tiver recebido indenização por conta da cobertura de Despesas Médico Hospitalares e Odontológicas, a Seguradora não poderá abater da indenização devida por Morte ou Invalidez a indenização paga por (DMHO).
- 6.26 Os demais procedimentos relativos ao seguro contratado obedecerão às normas regulamentares pertinentes e às Condições Gerais do Seguro apresentadas pela Seguradora.
- 6.27 Os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.
- 6.28 O órgão gerenciador deste certame não fornecerá, antes de assinado o contrato, a relação dos segurados, por se tratar de informações pessoais, de acordo com o art. 6º, inciso III, Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), sendo a quantidade de segurados a indicada no Termo de Referência.
- 6.29 O contrato atual é com a empresa [SEGUROS SURA S.A. CNPJ 33.065.699/0001-27, Contrato 184/2023](#).
- 6.30 Não houve nos últimos 2 anos afastados/aposentados por invalidez.
- 6.31 A planilha abaixo mostra as ocorrências de sinistralidade nos últimos 2 anos, sendo que nenhuma foi em decorrência de COVID:

Campus	Valor da indenização	Afastamento por COVID	Afastados/aposentados por invalidez
Abelardo Luz	Não houve	Não houve	Não houve
Araquari	Pagamento de uma indenização por um acidente ocorrido no laboratório. O pagamento referiu-se a despesas médicas. No entanto, não há informações sobre o valor.	Não houve	Não houve
Blumenau	Não houve	Não houve	Não houve
Brusque	R\$ 1.171,35	Não houve	Não houve
Camboriú	Não houve	Não houve	Não houve
Concórdia	Não houve	Não houve	Não houve
Fraiburgo	R\$ 3.090,54	Não houve	Não houve
Ibirama	R\$ 7.397,00	Não houve	Não houve
Luzerna	Não houve	Não houve	Não houve
Rio do Sul	R\$ 11.096,64	Não houve	Não houve



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau
Estudo Técnico Preliminar



Santa Rosa do Sul	Não houve	Não houve	Não houve
São Bento do Sul	R\$ 2.290,00	Não houve	Não houve
São Francisco do Sul	R\$ 20.000,00	Não houve	Não houve
Sombrio	Não houve	Não houve	Não houve
Videira	R\$ 66.115,30	Não houve	Não houve

6.32 A tabela seguinte mostra os sinistros por tipo e valores pagos, nos últimos 2 anos:

Campus	Quantidade e tipo	Valor da indenização
Abelardo Luz	Não houve	Não houve
Araquari	Acidente em laboratório – Despesas Médicas	Não informado
Blumenau	Não houve	Não houve
Brusque	Quantidade: 01; Tipo: DMHO	R\$ 1.171,35
Camboriú	Não houve	Não houve
Concórdia	Não houve	Não houve
Fraiburgo	01 sinistro (Despesas médicas)	R\$ 3.090,54
Ibirama	1 acidente na aula de educação física	R\$ 7.397,00
Luzerna	Não houve	Não houve
Rio do Sul	01 sinistro	R\$ 11.096,64
Santa Rosa do Sul	Não houve	Não houve
São Bento do Sul	01 sinistro	R\$ 2.290,00
São Francisco do Sul	01 morte	R\$ 20.000,00
Sombrio	Não houve	Não houve
Videira	02 mortes 02 auxílio-funeral 04 despesas médicas (acidente pessoal)	R\$ 66.115,30

6.33 O órgão gerenciador não questiona os segurados sobre possuírem convênio médico ou plano de saúde.

6.34 O pregão está sendo feito este ano porque alguns contratos vencem em 2024, e outros em 2025. Segue abaixo planilha com as datas previstas das contratações:

Campus	Data de Contratação
Abelardo Luz	31/12/2024
Araquari	26/06/2024



INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

Comissão responsável pelos mapeamentos dos fluxos e padronizações dos processos de aquisições do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
Portaria IFC/Reitoria nº 32/2022-PROAD/IFC, de 28 de julho de 2022.
Atualização: Março/2023



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau
Estudo Técnico Preliminar



Blumenau	01/11/2024
Brusque	09/06/2024
Camboriú	28/02/2025
Concórdia	31/12/2024
Fraiburgo	03/02/2025
Ibirama	02/04/2025
Luzerna	01/03/2025
Rio do Sul	01/08/2024
Santa Rosa do Sul	04/11/2024
São Bento do Sul	08/03/2025
São Francisco do Sul	06/02/2025
Sombrio	04/11/2024
Videira	01/01/2025

- 6.35 A cobrança deverá ser feita ao campus consignado no contrato. Cada campus participante, cuja listagem consta no Termo de Referência, será responsável pelo pagamento. Portanto, terão tantos boletos quantos forem os participantes.
- 6.36 No preço do PRÊMIO MENSAL POR SEGURADO a alíquota do IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários) a ser considerada será de 0% (zero por cento) em virtude de o CONTRATANTE corresponder a Órgão da Administração Pública.

7 Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1 A estimativa das quantidades foram levantadas, levando-se em consideração os seguintes parâmetros:
- 7.1.1 O histórico proveniente de contratos pactuados em anos anteriores, além do atual contrato pactuado, para atendimento às respectivas unidades;
 - 7.1.2 Sazonalidades conhecidas ou períodos com grande variação das quantidades demandadas;
 - 7.1.3 Quantidade de discentes matriculados;
 - 7.1.4 Projeção para o futuro, considerando a quantidade de discentes matriculados no âmbito da instituição;
- 7.2 As estimativas de consumo individualizadas, encontram-se consignadas na tabela a seguir:

CAMPUS	QUANTIDADE (MENSAL)	QUANTIDADE (ANUAL)
Abelardo Luz	250	3.000
Araquari	2.167	26.004
Blumenau	1.500	18.000
Brusque	1.400	16.800
Camboriú	3.000	36.000
Concórdia	1.500	18.000



Fraiburgo	800	9.600
Ibirama	600	7.200
Luzerna	700	8.400
Rio do Sul	1.900	22.800
Santa Rosa do Sul	1.150	13.800
São Bento do Sul	800	9.600
São Francisco do Sul	850	10.200
Sombrio	1.187	14.244
Videira	2.000	24.000
TOTAL	19.804	237.648

8 Estimativa do Valor da Contratação

- 8.1 Conforme pesquisa de preços a seguir demonstrada, o valor total estimado da contratação será de R\$ 154.471,20 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e um reais e vinte centavos).
- 8.2 Foram utilizados nesta pesquisa de preços os incisos I, II e IV do art. 5º da Instrução Normativa 65/2021. Para a formação do preço de referência foram considerados: o §1º do art. 5º da referida IN, que traz a orientação de que “deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II”; o Parecer nº 004/2018/CPLC/PGF/AGU, onde é ressaltado que “não basta à Administração colher diversos preços, elaborar uma planilha comparativa contemplando os dados coletados e calcular o preço de referência do certame: as diligências concernentes à pesquisa de preços não se resumem à simples juntada aos autos de orçamentos, contratos e planilhas”. Foram dispostos 50 preços pela funcionalidade Pesquisa de Preços, sendo desconsiderados os resultados decorrentes de processos com características distintas do escopo da contratação pretendida, tais como seguros predial e de veículos. Os potenciais fornecedores foram selecionados considerando os que participaram de pregões semelhantes, sendo selecionados 14 no total, os quais foram contatados. Foram consultadas 14 empresas e apenas 2 encaminharam a devida cotação. Quando o orçamento recebido não declarava a validade, foi considerado 60 dias. A Administração concedeu o prazo de 2 dias úteis a partir do dia seguinte ao contato com os fornecedores para o envio da cotação. Assim, considerando os orçamentos, a média ficou em R\$ 0,65 e a mediana em R\$ 0,91, sendo o primeiro o valor que será considerado neste certame.
- 8.3 As planilhas abaixo apresentam um resumo da pesquisa de preços para os serviços discriminados no item 4.1 acima, que estarão de forma completa no processo.

	CNPJ/ CONTRATAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL	VALOR TOTAL ANUAL
Pesquisa 1	UASG 254422 – DISPENSA 90001/2024 – 90.180.605/0001- 02	R\$ 0,25	R\$ 4.951,00	R\$ 3,00	R\$ 59.412,00
Pesquisa 2	UASG 200008 – DISPENSA 90006/2024 – 28.196.889/0001- 43	R\$ 0,65	R\$ 12.872,60	R\$ 7,80	R\$ 154.471,20
Pesquisa 3	UASG 158442 – DISPENSA	R\$ 0,80	R\$ 15.843,20	R\$ 9,60	R\$ 190.118,40



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau
Estudo Técnico Preliminar



	90002/2024 – 33.065.699/0001- 27				
Pesquisa 4	UASG 158719 – DISPENSA 90002/2024 – 87.883.807/0001- 06	R\$ 0,90	R\$ 17.823,60	R\$ 10,80	R\$ 213.883,20
Pesquisa 5	UASG 153079 – PREGÃO N° 90007/2024 – 87.163.234/0001- 38	R\$ 0,25	R\$ 4.951,00	R\$ 3,00	R\$ 59.412,00
Pesquisa 6	UASG 154050 - PREGÃO N° 90006/2024 – 87.163.234/0001- 38	R\$ 0,29	R\$ 5.743,16	R\$ 3,48	R\$ 68.917,92
Pesquisa 7	UASG 154421 - PREGÃO N° 42/2023 – 90.180.605/0001- 02	R\$ 0,29	R\$ 5.743,16	R\$ 3,48	R\$ 68.917,92
Pesquisa 8	28.196.889/0001- 43	R\$ 2,50	R\$ 49.510,00	R\$ 30,00	R\$ 594.120,00
Pesquisa 9	61.198.164/0001- 60	R\$ 2,30	R\$ 45.549,20	R\$ 27,60	R\$ 546.590,40
Média		R\$ 0,91	R\$ 18.021,64	R\$ 10,92	R\$ 216.259,68
Mediana		R\$ 0,65	R\$ 12.872,60	R\$ 7,80	R\$ 154.471,20
Valor utilizado		R\$ 0,65	R\$ 12.872,60	R\$ 7,80	R\$ 154.471,20

9 Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1 Em regra, conforme § 2º, do art. 40, da Lei n.º 14.133/2021, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- 9.2 Todavia, no presente caso, a contratação é única e indivisível, não havendo vantajosidade econômica no parcelamento dos itens, muito menos tal possibilidade, visto que as mesmas empresas participarão dos itens objeto do certame (Acórdão TCU 1.214/2013 – Plenário). Assim, os objetos licitados formam um conjunto unitário, no qual, não se vislumbra, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto com requisitos muito específicos.

10 Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 10.1 Não se aplica.



11 Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- 11.1 Objetiva atender o que se apresenta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFC, que traz em seu planejamento estratégico 2024-2028 o Objetivo Estratégico nº 07 detalhado como “Fortalecer as Políticas Estudantis”; e Objetivo Estratégico nº 08 detalhado como “Consolidar a Política de permanência e êxito”.

12 Resultados pretendidos

- 12.1 Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:
- 12.1.1 Pretende-se com a contratação em tela atender às necessidades da Administração quanto à contratação de seguro para os discentes do Instituto Federal Catarinense;
 - 12.1.2 Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
 - 12.1.3 Garantir a boa execução dos serviços;
 - 12.1.4 Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida.

13 Providências a serem adotadas

- 13.1 Nenhuma providência necessária.

14 Possíveis Impactos Ambientais

- 14.1 Não se aplica.

15 Declaração da viabilidade

- 15.1 A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais para atender as necessidades do Instituto Federal Catarinense Campus Avançado Abelardo Luz, Campus Araquari, Campus Blumenau, Campus Brusque, Campus Camboriú, Campus Concórdia, Campus Fraiburgo, Campus Ibirama, Campus Luzerna, Campus Rio do Sul, Campus Santa Rosa do Sul, Campus São Bento do Sul, Campus São Francisco do Sul, Campus Avançado Sombrio e Campus Videira mostra-se viável do ponto de vista técnico, razão pela qual não há óbices técnicos pela continuidade do processo, considerando também sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos e as necessidades da Área Requisitante.
- 15.2 Sugere-se o encaminhamento as demais áreas competentes com vistas a verificação da disponibilidade orçamentária, conformidade jurídica, autorização pela autoridade da Administração e demais procedimentos necessários.

16 Responsáveis Pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Nome	Cargo/Função	SIAPÉ	CPF
Simone Voltolini Olczyk	Diretora de Administração e Planejamento	####44#9	***.640.159-**
Marcelo Laus Aurélio	Coordenador de Compras	####68#9	***.940.267-**



17 Aprovação da Autoridade Máxima

- 17.1 A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Estudo Técnico Preliminar.

<i>Nome</i>	<i>Cargo/Função</i>	<i>SIAPÉ</i>	<i>CPF</i>
Aldelir Fernando Luiz	Diretor-Geral	###10#2	***.871.589-**

